

## A DIPLOMACIA BRASILEIRA NA CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA E PAZ: PERSPECTIVAS A PARTIR DO CASO DO HAITI

Mariana Cesti Raffa<sup>1</sup>

Amanda Amador Manrique Queiroz Braga<sup>2</sup>

Heloisa Helena de Almeida Portugal<sup>3</sup>

**RESUMO:** Este trabalho tem como objetivo analisar as operações de manutenção da paz. Sendo que essas operações são feitas pela Organização das Nações Unidas e vem buscando sua legitimidade nos direitos humanos, pois é impossível alcançar a paz e a segurança internacional sem respeitar os direitos humanos. As Operações de Manutenção da Paz (OMP) tem seu fundamento retirado da Carta das Nações Unidas quando esta diz que seu propósito primordial é “manter a paz e a segurança internacional, com tal fim tomar medidas coletivas e eficazes para prevenir e eliminar ameaças à paz para suprimir atos de agressão e outras quebras da paz; e prezar por meios pacíficos, e de conformidade com os princípios da justiça e do direito internacional, o ajuste ou resolução de litígios ou situações internacionais suscetível de se levar ao quebrantamento da paz.” A partir do final da década de oitenta, e mais ativamente desde 1990, as OMP, como consequência da dinâmica do sistema internacional, se foram convertendo no principal instrumento das Nações Unidas para assegurar a paz e a segurança internacional

**Palavras-chave:** Operações de Manutenção de Paz, ONU, Direitos Humanos

### 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho teve como objeto de pesquisa as Operações de Manutenção da Paz, que surgiram após o termino da Segunda Guerra Mundial com o nascimento da ONU. Apesar de não possuírem menção expressa na carta das Nações Unidas, foram criadas para auxiliar no cumprimento de um dos propósitos primordiais da ONU, que é justamente o de “manter a paz e a segurança internacionais<sup>4</sup>”.

<sup>1</sup> Discente do 2º ano do curso de Direito do Centro de Ensino Superior de Dracena (CESD) e-mail: mariana.raffa@hotmail.com. Pesquisadora do grupo de pesquisa: A Guerra e a Paz na construção do Direito.

<sup>2</sup> Discente do 2º ano do curso de Direito do Centro de Ensino Superior de Dracena (CESD) e-mail: amanda.amqb@hotmail.com. Pesquisadora do grupo de pesquisa: A Guerra e a Paz na construção do Direito.

<sup>3</sup> Professor orientador do trabalho.

<sup>4</sup> Carta das Nações Unidas e Estatuto da Corte Internacional de Justiça, em seu Capitulo I, Artigo 1º

Essas Operações são gerenciadas, praticamente em sua totalidade, pelo Conselho de Segurança da ONU e possuem contingentes dos países integrantes das Nações Unidas, sendo seu propósito o de assegurar a paz e a segurança internacionais, por isso serão enviadas aos lugares em que se constate uma ameaça, uma ruptura ou agressão a paz.

Um exemplo a esse tipo de operação foi à enviada ao Haiti, a MINUSTAH, que será analisada em detalhes no decorrer deste trabalho. A MINUSTAH teve papel importante na reconstrução deste país, o exército brasileiro envolvido nela teve a oportunidade, juntamente com tropas de outros países, de conquistar e assegurar a paz no Haiti quando passou por várias crises políticas e problemas internos.

Atualmente a ONU tem procurado levar as OMP's a um caráter preventivo, agindo antes do conflito se estabelecer. Como um "detector" de ameaças a paz e a segurança internacionais a ONU procura prever e conter essas ameaças antes que prossigam para o próximo passo que é a ruptura da paz.

A conscientização dos países também tem sido uma forte aliada das Nações Unidas, que buscam uma forma de mostrar efetivamente o quão é importante é paz e a união das nações. Pode-se chamar esse tipo de estratégia como diplomacia preventiva, ou seja, levar aos países formas de viver bem entre si, de "boa vizinhança".

## **2 CONCEITO DAS OPERAÇÕES DE MANUTENÇÃO DA PAZ (OMP).**

O órgão da ONU que detém a responsabilidade primária pelas decisões a serem desencadeadas em proveito da segurança internacional é o Conselho de Segurança. Em conseqüência, os Estados Membros que possuem assento permanente, com direito a veto, o denominado Big Five (EUA, Federação Russa, França, Reino Unido e China), têm desenvolvido, ao longo da existência das Nações Unidas, uma influência preponderante nas resoluções formuladas pelo Conselho.

Durante a Guerra Fria, a freqüente falta de unanimidade entre os integrantes do Big Five determinou que as deliberações emanadas nem sempre

tivessem o efeito desejado. Em inúmeras crises, o secretário-geral viu-se obrigado a intervir, implementando medidas de conciliação e mediação. A principal consequência foi que a maioria das operações realizadas nesse período seguiu um modelo "clássico" de manutenção da paz, fundamentado no emprego de equipes de observadores militares desarmados e/ou contingentes de tropa levemente armados e equipados para supervisionar a separação de forças regulares beligerantes em conflitos entre Estados.

Propriamente dito, a expressão Operação de Manutenção da Paz (peacekeeping operations) não existe em específico na Carta de São Francisco. Todavia a prática iniciou antes mesmo que a expressão fosse adotada, sendo por isso difícil sua conceituação.<sup>5</sup>

A primeira missão de paz, United Nations Truce Supervision Organization (UNTSO), foi estabelecida no Oriente Médio, em 1948, empregando observadores militares. Esta missão está ativada até hoje, contribuindo sobremaneira para a estabilidade da situação naquela região.

Esta primeira iniciativa para a criação das OMP's veio do Primeiro Secretário Geral da ONU Trigve Lie, sendo que nesta primeira etapa elas foram consideradas instrumentos das Nações Unidas que vieram para suprir a impossibilidade de aplicar o que previa o Capítulo VII da Carta das Nações Unidas decorrente do desenvolvimento da Guerra Fria. Esse novo instrumento que acabava de ser criado, e que não estava previsto na Carta, permitiu que as Nações Unidas desenvolvessem o papel que lhe era estabelecido na Carta para a resolução dos conflitos internacionais.

O primeiro propósito das Nações Unidas segundo sua carta de criação é o de "Manter a paz e a segurança internacionais e, para tal fim: tomar, coletivamente, medidas efetivas para evitar ameaças à paz e reprimir os atos de agressão ou outra qualquer ruptura da paz e chegar, por meios pacíficos e de conformidade com os princípios da justiça e do direito internacional, a um ajuste da solução das controvérsias ou situações que possam levar a uma perturbação da paz."<sup>6</sup>. E as OMP's nasceram justamente para auxiliar o cumprimento deste propósito da ONU.

---

<sup>5</sup> CORBELINI, Mariana Dalalana. Haiti: da Crise a Minustah. Dissertação de mestrado apresentada a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre : 2009.

<sup>6</sup> Carta das Nações Unidas e Estatuto da Corte Internacional de Justiça, em seu Capítulo I, Artigo 1º

No momento de sua criação as OMP's tinham como objetivo apenas dois aspectos, sendo o primeiro deles o de observação através de pessoal desarmado e o segundo a separação das forças em conflito através de unidades militares. Podemos citar como exemplo a primeira Força das Nações Unidas que foi enviada para a Palestina em 1948 e se denominou “ Órgão da ONU para monitorar a trégua (ONUVT)”. A função dessa primeira organização foi a de observar o cessar fogo entre árabes e israelenses. Outro exemplo, mas agora mais voltado à função de separação de beligerantes, é o da terceira Força da ONU, enviada em 1956 para a mesma região do exemplo anteriormente citado, denominada “Primeira Força de Emergência das Nações Unidas (FENU I)”.

No início da década de 90, o conceito das OMP's começa a ser modificado, e elas começam a ser definidas como multifuncionais<sup>7</sup>, passando a outra definição a ser classificada como tipo clássico ou mono funcional ou, até mesmo, de primeira geração. Multifuncionais porque sua definição passou a dizer que “A manutenção da paz consiste numa presença das Nações Unidas sobre o território (normalmente com pessoal militar e civil), com o consentimento das partes beligerantes, para implementar ou monitorar a implementação de acordos relacionados ao controle de conflitos (cessação de fogo, separação das forças, etc.), ou sua solução (mediante acordos parciais ou globais) ou para assegurar o envio seguro do alívio humanitário.”<sup>8</sup>

Não se pode confundir os conceitos de “Estabelecimento de paz” e o de “Imposição de paz” com o de OMP. Estabelecimento de paz (Peacemaking) são medidas destinadas a conseguir que as partes inimigas cheguem a um acordo, fundamentalmente por meios pacíficos como os previstos no Capítulo VI da Carta das Nações Unidas. Já Imposição de paz (Peace-enforcement) pode ser necessária quando os meios pacíficos fracassam e consiste nas medidas adotadas em virtude do Capítulo VII da Carta, incluindo o uso da força armada<sup>9</sup>, para manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais, em situações em que o Conselho

---

<sup>7</sup> Thomas G. Weiss. “The United Nations and Civil Wars”. Página 1 da Introdução. Emerging Global Issues, Lynner Rienner Publishers, 1995. Ver também Steven R. Rotner. “The New UN Peacekeeping. St Martin's Press, 1995

<sup>8</sup> Documento “General Guidelines for Peace-keeping Operations”, parágrafo 10. UNITED NATIONS, 1995

<sup>9</sup> Pablo Tettamanti, “Uso de la fuerza em los conflictos internacionales, un análisis al final del bipolarismo.” Editorial Universidade, Buenos Aires, 1995

de Segurança tenha determinado a existência de uma ameaça para a paz, um quebrantamento da paz ou um ato de agressão.

Se formos nomear as características das Operações de Manutenção da Paz, podemos enumerá-las da seguinte forma:

- 1- O Conselho de Segurança, mediante adoção de uma resolução específica, estabelece uma OMP, define seu mandato e a legitima. Na resolução se estabelecem os parâmetros gerais do mandato ou o que se denomina o conceito da operação.
- 2- O consentimento das partes em relação à operação que será enviada e aos países que contribuirão com tropas. As partes de um conflito tem a palavra final sobre o estabelecimento de uma OMP e sobre os Estados que enviarão tropas (este requisito está diretamente relacionado a um dos princípios da Carta da ONU, o princípio da não-intervenção<sup>10</sup>).
- 3- Imparcialidade no desempenho de suas tarefas por partes das tropas que participam<sup>11</sup>.
- 4- Comando e controle, a cargo do Secretário Geral, sob a autoridade do Conselho de Segurança.
- 5- Não uso da força, salvo nos casos de autodefesa. As forças que compõe a OMP não estão autorizadas a se utilizar da força, salvo nos casos de extremo, a onde suas vidas estejam em perigo. Nos últimos anos, a interpretação a esta regra tem sido ampliada, ao incluir nela, como exceções: a proteção de todo o pessoal da ONU, assim como suas instalações e finalmente a execução de seu mandato.<sup>12</sup>
- 6- O financiamento obrigatório pelos membros da ONU.

Sendo que a maioria dos autores destaca, dentre essas características, três princípios como sendo fundamentais na composição de uma Operação de Paz. O primeiro é do consentimento voluntário das partes do conflito para com a presença da missão, afinal se as partes não consentirem com a operação esta passa a ser uma imposição, através da força, por parte da Organização, e não mais será configurada uma atividade de manutenção da paz. O segundo compreende a

---

<sup>10</sup> Carta das Nações Unidas, Capítulo I “Propósitos e princípios”, artigo 2, inciso 4 e 7.

<sup>11</sup> Esse aspecto da relação entre imparcialidade e consentimento das partes está amplamente desenvolvido no capítulo II do manual de campo do Exército Britânico denominado “Wider Peacekeeping”. Publicado por HMSO, 1995

<sup>12</sup> O uso da força para se fazer cumprir o mandato outorgado a uma OMP raramente é implementado, como é demonstrado através do desenvolvimento na ex Iugoslávia.

imparcialidade dos capacetes azuis (assim são chamados os componentes dos contingentes de operações de manutenção da paz pelo acessório usado por eles, sendo a cor azul representativa das Nações Unidas) em suas relações com os beligerantes. O terceiro diz respeito ao uso da força, que deve ser reduzido ao mínimo necessário, servindo apenas como último recurso e para defesa própria<sup>13</sup>.

Como as OMP's não possuem força coercitiva é de suma importância que as partes do conflito cooperem e consintam com ela, além de, assim como os países que contribuem com tropas, ter reconhecimento dos objetivos da operação e de como o seu mandato será realizado<sup>14</sup>.

## **2.1 Funcionamento das OMP's e Determinação de Envio.**

Entre os órgãos da ONU responsáveis pelo planejamento e pela execução das missões estão o Conselho de Segurança, a Assembleia Geral (AGNU) e o Secretariado. Dentre estes órgãos o primeiro responsável pela criação das operações de manutenção da paz é o Conselho de Segurança, uma vez que ele é o órgão principal na condução de temas relacionados à paz e à segurança internacionais.

O Conselho de Segurança cria legalmente uma OMP, define seu mandato, sua composição e a sua duração. Uma OMP é criada através de uma resolução expressa e individual do Conselho<sup>15</sup>. Por isso, para renovar, modificar ou finalizar uma operação, se requer, também, uma resolução.

Durante o tempo de duração de uma OMP o Conselho, periodicamente, renova a sua duração através de uma resolução<sup>16</sup>. Quando isso

---

<sup>13</sup> Findlay, página 4, 2002

<sup>14</sup> Conforme descrição do "General Guidelines for Peace-keeping Operations, em seus parágrafos 25 e 28. UNIDAD NATIONS, 1995.

<sup>15</sup> As resoluções do Conselho de Segurança são decisões tomadas de acordo com um procedimento de votação que está definido no Artigo 27 da Carta da ONU.

<sup>16</sup> O normal é se renovar o mandato de uma OMP de seis meses, no entanto, nos últimos anos tem-se diminuído os períodos de revisão de certas OMP's como uma maneira de pressionar as partes a avançar em suas negociações. Cada revisão de mandato de uma OMP é precedida de um informe do Secretário Geral ao Conselho de Segurança e este informe é transmitido a todos os membros da Organização.

ocorre, não se examina somente a OMP, mas também, se analisa o processo político das partes desse determinado conflito.

A Assembléia Geral é o órgão universal das Nações Unidas. Sua responsabilidade principal, no que diz respeito as OMP's, é a aprovação do orçamento e do método de financiamento da operação em questão.

O Secretariado é quem tem como cargo a responsabilidade de organizar e programar as OMP's. E para isso conta, em sua sede central em Nova Iorque, com um Departamento de Operações de Manutenção da Paz, composto de pessoal civil e militar.<sup>17</sup> Este departamento também conduz e organiza as OMP's e assessora o Secretario Geral, quem por sua vez assessora o Conselho de Segurança. Do mesmo modo tem a responsabilidade de estabelecer o laço de conexão com os países que contribuem com as tropas.

Embora seja o Conselho de Segurança que estabeleça uma OMP, quando um país decide participar com seu contingente de uma Operação este mantém uma estrutura de comando quase que independente, á cabeça da qual se encontra o seu oficial. O Comando Chefe das Nações Unidas exerce um controle operacional geral, mas os governantes acompanham de perto a participação de seu contingente. Os governos que decidem participar de uma Operação de Manutenção da Paz fazem isso de uma força livre podendo, portanto, retirar-se a qualquer momento.

O modo como se determina para onde enviar uma OMP é subjetivo e depende puramente da interpretação do Artigo 1, inciso 1 da Carta da ONU, que fala sobre o propósito primordial das Nações Unidas, que é manter a paz. Portanto uma OMP será enviada para onde for constatado uma ameaça a paz, atos de agressão a paz ou qualquer outra ruptura da paz. E quem tem a palavra final sobre se houve ou não uma ameaça, agressão ou ruptura da paz é o Conselho de Segurança da ONU.

Além das tradicionais tarefas de monitorar o cessar fogo entre as facções rivais envolvidas, a ONU passou também a responsabilizar-se pela implementação de mais uma serie de previsões de acordos de paz entre as partes, que também entram no funcionamento de uma OMP, tais como: recolhimento e destruição de armamentos; supervisão de aquartelamento e desmobilização de ex-combatentes; programas de promoção de direitos humanos; programas de

---

<sup>17</sup> O pessoal militar que trabalha no Secretariado das Nações Unidas são cedidos temporariamente pelos Estados Membros.

assistência de refugiados e deslocados internos; organização e supervisão de eleições; auxílio à reconstrução da infra-estrutura do país; adestramento de forças policiais; e colaboração com as autoridades locais para a manutenção da lei e da ordem e para a administração do Estado assistido. Sendo que o grande objetivo a ser alcançado é levar o Estado conflagrado de uma situação caótica de violento conflito à reconciliação política, consolidação democrática e à reconstrução nacional<sup>18</sup>.

Percebemos então que a função de uma OMP vai muito além de apenas separar um cessar fogo. Essas operações contam com tropas de muitos países<sup>19</sup> que acabam por se unir para formar uma força multinacional e imparcial, sendo que os soldados presentes nessa força não são instrumentos de guerra e sim instrumentos de paz tornando-se, assim, um símbolo de paz e esperança mundial.

### **2.1.1 O Caso do Haiti.**

O conflito haitiano colocou os olhos do mundo em nosso mapa continental e não é o único conflito que ameaça a paz na América Latina. O Haiti viveu por muito tempo mergulhado em crises. Passou por séculos de ditaduras, lutas políticas e crise sócio-econômica. Em 2004, após renúncia do Presidente Jean-Bertrand Aristide, a situação do Haiti agravou-se ainda mais, o caos estava generalizado, eclodiram conflitos nas principais cidades do país e a eminência de uma guerra civil ensejaram a mobilização urgente da comunidade internacional.

Considerando que a situação do Haiti ainda constituía uma ameaça para a paz internacional e a segurança na região, o Conselho de Segurança decidiu estabelecer a Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti. Por meio da resolução n°. 1529/2004, de 29 de fevereiro, a MIF, Multinational Interim Force, (Força Interina Multinacional) composta por tropas Dos Estados Unidos, França, Chile e Canadá. Aprovada por unanimidade, a resolução autorizou a entrada dos militares no Haiti.

---

<sup>18</sup> “O Brasil e as Operações de Manutenção da Paz”, Ulisses Lisboa Perazzo Lannes. Texto publicado no evento “O Brasil e as Novas Dimensões de Segurança Internacional”, realizado no IEA no dia 11 de setembro de 1998.

<sup>19</sup> Vale lembrar que essas tropas são de países membro da Organização.

No mês de maio, instituiu-se a Missão das Nações Unidas (MINUSTAH)<sup>1</sup>, estabelecida pela Resolução 1524 do CS/ONU, baseada nas regras do Capítulo VII, da Carta da ONU e composta, inicialmente, por 6700 militares, oriundos dos seguintes países contribuintes: Argentina, Benin, Bolívia, Brasil, Canadá, Chade, Chile, Croácia, França, Jordânia, Nepal, Paraguai, Peru, Portugal, Turquia e Uruguai. Além de uma força policial internacional (1622 funcionários), a Missão teve o início do seu mandato em 1º de junho de 2004, com objetivos de criar um estabelecimento de um entorno seguro e estável, a proteção dos direitos humanos e a realização de eleições pacíficas e democráticas.

### A CRISE HAITIANA

No decorrer da sua história, o Haiti tem passado por situações adversas de várias ordens, ocasionando acúmulos de efeitos graves e até mesmo devastadores. Atualmente, o país permanece em uma situação onde é necessária a cooperação internacional.

Nesse contexto, há uma grande inquietude das pessoas que lidam com o Haiti, em entender como um país que já foi conhecido pelas suas riquezas e foi denominado de Pérola das Antilhas, vive, por razões geopolíticas e questões internas, uma situação de degeneração do Estado, com uma situação cada vez mais degradante. Assim, o Haiti é o país que mais recebe ajuda financeira internacional. Tendo em vista que nos últimos anos, o país vem sofrendo consequências econômicas e sociais de uma crise política de uma crise política que teve seu início em 2004, com o afastamento do Presidente Jean-Bertrand Aristide.

Uma das peças chave que ensejou a MINUSTAH, foi Aristide, que já vinha conquistando amplo apoio populacional, cujo seu próprio lema era possibilitar que a população do país saísse “de um estágio de miséria indigna para o de uma pobreza digna”, porém essa não foi a única causa. Séculos de lutas internas e o isolamento do país no sistema internacional foram grandes fatores que influenciaram um quadro de crises endêmicas. A crise evoluía, desencadeando um aumento da violência, inúmeras violações dos direitos humanos e a miséria da maioria da população. Com a transferência da questão democrática para a questão humanitária, a ONU teve papel fundamental na crise haitiana.

A segunda queda do Presidente Aristide eclodiu a crise política, dando margem ao controle informal do país por milícias civis e grupos violentos. O caos era total, duzentos anos de conflitos devastaram a antiga Pérola das Antilhas

convertendo-a no país mais pobre das Américas. O Haiti é considerado um Estado de feições complexas e lamentáveis, assolado por sérios problemas de natureza social, econômica e política. Apesar de situado numa região de alto potencial turístico – O Caribe –, o Haiti não se encontra na condição de usufruir desse potencial.

Além disso, uma das características mais marcantes do país é a violência e a insegurança. O sistema policial e judicial do Haiti é demasiadamente precário, as ações policiais são muitas vezes truculentas e desregradas, desrespeitando os preceitos dos direitos humanos e as cadeias são lotadas por presos que, em sua maioria, não foram julgados, pelo fato de não ter um controle formal e eficiente. Cerca de 76% da população haitiana vive com menos de 2 dólares por dia; miséria<sup>1</sup>, condições mínimas de educação e saúde, são fatores que ocasionam revolta na maior parte da população.

Diante disso, o Haiti, consiste em um desafio para as Nações Unidas. Uma série de missões frustradas acompanha a realidade alarmante do país. No período de dez anos, quatro operações de paz foram realizadas.

A Missão de Paz estabelecida por meio da Resolução n°. 1542 CS/ONU estruturou-se em caráter de urgência e iniciou seu mandato em 1º de junho de 2004. A MINUSTAH, não se resume apenas no aspecto militar, trata-se de uma missão multidimensional e integrada. A missão conta atualmente com um total de 9012 funcionários, dos quais 7082 são militares, 1930 são policiais e 500 são funcionários civis internacionais, além de 1164 funcionários civis locais e 201 voluntários da ONU. Para o comando do componente militar da MINUSTAH foi designado o General Augusto Heleno Ribeiro Pereira, do Exército Brasileiro.

Os primeiros contingentes da MINUSTAH foram responsáveis pela contenção da violência e restabelecimento da segurança no Haiti, principalmente nas áreas mais afetadas pela crise – a capital Porto Príncipe (em especial, suas maiores favelas: Cite Soleil, Bel Air e Cite Militaire). A falta de recursos humanos dificultou o cumprimento dos objetivos da Missão e da operacionalidade da Força.

Liderada pelo Brasil, a Missão das Nações Unidas para a estabilização do Haiti, tem apresentado importantes resultados em questões de segurança e estabilidade do país. Assim, os principais focos de violência foram neutralizados pela força de paz e as favelas são patrulhadas. As melhorias nos níveis de segurança no

país e na realização de eleições justas e democráticas são sem dúvida um grande passo para o país.

Por fim, muitos dos problemas enfrentados pelo Haiti e pela MINUSTAH dependem de uma ação de médio e longo prazo, de forma que a defesa plena dos direitos humanos no Haiti será inviável enquanto não se consolidar um Estado de Direito, com estrutura adequada, funcionários capacitados e respeito à lei.

### **3 CONCLUSÃO**

Nos dias atuais a ONU vem procurando agir antes que os conflitos aconteçam, fazendo o que chamamos de “diplomacia preventiva”. É uma fase de conscientização em que as Nações Unidas procuram mostrar aos países o quão importante é a paz e o quanto um conflito pode levar a miséria e destruição um país.

É muito mais fácil agir antes que um conflito aconteça, em sua prevenção, do que quando ele está acontecendo ou quando ele acabou de ocorrer, ou seja, a prevenção e a conscientização é o melhor caminho para buscar-se cada vez mais o alcance mundial da paz.

A ONU tem tido um papel desafiante de manter a paz e a segurança internacionais. A manutenção da paz significa suspender os conflitos e preservar a paz, uma vez que foi alcançada, fortalecendo assim, sua construção de forma mais permanente.

Na atual situação internacional, a prioridade emergente passa a ser de reforçar os laços de cooperação, por meio de alianças e associações com organizações regionais e não governamentais, para dar respostas eficazes às crises e aos conflitos ao redor do mundo.

Na década de 90, cresce a ideia no Conselho de Segurança, de impor sanções econômicas como medidas coercitivas. A capacidade para aplicar eficazmente as decisões do Conselho quanto às operações de manutenção da paz em situações de crise fica muito prejudicada. No caso, os Estados-membros não colocam em disponibilidade ou facilitam os contingentes necessários para as missões de paz, impondo condições, muitas vezes absurdas sob o argumento de

sua soberania, impossibilitando as missões de intervenção com medidas coercitivas para o restabelecimento das condições de paz.

Também os compromissos financeiros previamente assumidos são negados ou adiados, exatamente quando surgem as oportunidades para as operações de paz e o restabelecimento dos direitos humanos fundamentais. Sem essa base financeira segura compromete-se seriamente a viabilidade das missões de paz.

Hoje o que existe é a formulação de um *sistema de vigilância* para detectar possíveis ameaças à paz e à segurança internacionais, mas sua implementação e execução dependem da anuência e cooperação de governos, das organizações regionais, das ONG's, das universidades e centros de pesquisa, para que o sistema de vigilância se torne realidade.

As atuais emendas propostas afastam-se das práticas habituais e dos princípios aplicáveis às missões e operações de paz. Os governos não apresentam (quando não sonégam) informações confiáveis e sem estas, as ações para a adoção de medidas preventivas e de manutenção de paz são inviabilizadas.

Para explorar e criar novas formas de pensamento precisamos escapar da visão que parece conduzir os negócios do mundo como se eles fossem regidos pela lógica da liquidação. Particularmente, na esfera da política de paz e segurança internacionais, os novos desafios e problemas mundiais exigem concepção e políticas inovadoras. Caso contrário estaremos repetindo os mesmos dilemas com impactos prejudiciais à condição humana nesse novo século.

O esforço da comunidade internacional foi importante, bem como a atuação das organizações inter-governamentais para assegurar que a crise não atingisse proporções incalculáveis. Mesmo assim, o passado político ainda estava bastante presente aos olhos da população haitiana, da comunidade internacional e dos novos dirigentes.

Faz-se necessário um outro momento para refletir sobre quais fatores e atores externos também contribuíram para que o país atingisse tamanha instabilidade ao longo dos anos e, mais especificamente, durante o período de mandato dessa operação

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANNAN, Kofi A. "Challenges of the New Peacekeeping". In: OTUNNU, Olara A.; DOYLE, Michael W. (eds). Peacemaking and peacekeeping for the new century. Nova Iorque: Rowman & Littlefield Publishers, 1998.

ARISTIDE, Jean-Bertrand. Todo Homem é um Homem. São Paulo: Paz e Terra, 1995. ARISTIDE, Max V.; RICHARDSON, Laurie. "Haiti's Popular Resistance". NACLA, Report on Haiti. Nova Iorque, v.27, n.4, p.30-6, jan./fev. 1994.

ARON, Raymond. "Dialética da paz e da guerra". In: Paz e Guerra entre as Nações. Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

AZAR, E. International Conflict Resolution: Theory and Practice. Sussex: Wheatsheaf, 1986.

BERCOVITCH, J. "Mediation in International Conflict. "An Overview of Theory, A Review of Practice". In: ZARTMAN W.; RASMUSSEN, L. (eds). Peacemaking in International Conflict: Methods and Techniques. Washington: United States Institute of Peace Press, 1997.

BUSTANI, José Maurício. "A ONU e as operações de paz". Revista Humanidades, Brasília, v.11, n. 39, 1995.

CÂMARA, Irene Pessôa de Lima. Em Nome da Democracia: a OEA e a crise haitiana – 1991-1994. Brasília: Instituto Rio Branco: Fundação Alexandre de Gusmão: Centro de Estudos Estratégicos, 1998.

CARDOSO, Afonso José Sena. O Brasil nas Operações de Paz das Nações Unidas. Brasília: Instituto Rio Branco: Fundação Alexandre Gusmão: Centro de Estudos Estratégicos, 1998.

CORBELINI, Mariana Dalalana. Haiti: da Crise a Minustah. Dissertação de mestrado apresentada a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre : 2009

Pablo Tettamanti, "Uso de la fuerza em los conflictos internacionales, un análisis al final del bipolarismo." Editorial Universidade, Buenos Aires, 1995

Thomas G. Weiss. "The United Nations and Civil Wars". Página 1 da Introdução. Emerging Global Issues, Lynner Rienner Publishers, 1995. Ver também Steven R. Rotner. "The New UN Peacekeeping. St Martin's Press, 1995

Documentos da ONU:

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Carta das Nações Unidas. Disponível em: <<http://www.un.org/aboutun/charter/>> ou <http://www.onu-brasil.org.br/doc1.php>

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Agenda para a Paz. Disponível em:  
<http://www.un.org/Docs/SG/agpeace.html>

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Assembléia Geral. Resolução 47/20/B.  
Disponível em:  
<<http://daccessdds.un.org/doc/UNDOC/GEN/N93/234/67/IMG/N9323467.pdf?OpenElement>>